

Escolas não devem reajustar preços com fim da isenção

Segundo o Governo, não há margem para novos reajustes

• BRASÍLIA. O Governo descartou ontem a possibilidade de as escolas particulares repassarem para as mensalidades os custos que terão com o fim da isenção fiscal de entidades educacionais. Essa medida, que também afeta instituições de saúde e entidades de prática desportiva, faz parte do pacote fiscal. Segundo um assessor do secretário de Acompanhamento Econômico, Bolívar Moura Rocha, as escolas não têm mais margem para aumentar seus preços.

— Nas últimas reuniões entre os representantes dos sindicatos das escolas particulares com os técnicos da secretaria, os donos dos estabelecimentos de ensino reconheceram que não há mais margem para repassar aos valores das mensalidades. Para absorver essa medida, os colégios têm que cortar custos e melhorar a qualidade dos serviços — avaliou o assessor.

Ministério da Educação já estudava fim da isenção

Antes da adoção do pacote fiscal, clubes de futebol, assim como escolas e hospitais ligados a instituições religiosas, além de universidades católicas e santas casas, eram considerados sem fins lucrativos e isentos de Imposto de Renda. A partir de agora, terão que preencher suas declarações de IR como qualquer pessoa jurídica.

A Receita tomou essa decisão depois que descobriu casos de clubes de futebol que não recolhem o imposto retido na fonte na hora de pagar ao jogador. Há ainda a constatação de que muitas entidades consideradas sem fins lucrativos ganham muito com suas atividades. No que se refere às escolas, essa medida já vinha sendo estudada pelo Ministério da Educação.

Parte dos cortes nas bolsas de estudos anunciados pelo Governo já estava prevista antes da edição do pacote fiscal da segunda-feira. A Capes, do Ministério da Educação, já tinha sofrido um corte de 10% no orçamento de 1998. Gastou R\$ 390 milhões este ano e só teria R\$ 350 milhões para 1998. O prejuízo maior será para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia. Seu orçamento para 1998 é de R\$ 466 milhões, contra R\$ 490 milhões este ano.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Município, Paulo Sampaio, a inadimplência será maior em 1998:

— Atualmente a inadimplência chega a 9%. Tenho certeza de que o ajuste fiscal fará esse percentual aumentar — disse.

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, não esconde que deseja o fim das isenções para entidades educacionais. Se perderem a isenção, as escolas filantrópicas terão que se responsabilizar pela parte do empregador no pagamento do INSS. O reitor em exercício da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), padre Pedro Guimarães Ferreira, afirma que, caso isso ocorra, a folha de pagamento aumentará em 20% por causa do pagamento de impostos, o que obrigará a universidade a adotar medidas que considera injustas.

— O efeito será devastador. Teremos que aumentar as mensalidades, que já são caras, e cortar algumas bolsas de estudo — afirmou o padre Pedro.

O presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio, (Apaeri), João Luiz Faria Netto Júnior, não acredita que o pacote fiscal aumentará o valor das mensalidades no próximo ano. O motivo é simples, diz ele:

— O valor da anuidade já está decidido e os contratos entre pais e escolas começam a ser assinados. E não há motivos para aumentos das mensalidades, inclusive, porque muitas delas elevaram em mais de 20% o valor das mensalidades para o próximo ano. ■

COLABOROU Nívea Carvalho, do Rio

O GLOBO

12 NOV 1997